

## EDUCAÇÃO, HISTÓRIA, POSSIBILIDADES E OS LIMITES<sup>1</sup>

### EDUCATION, HISTORY, POSSIBILITIES AND LIMITS

### EDUCACIÓN, HISTORIA, POSIBILIDADES Y LÍMITES

Paulino José Orso<sup>2</sup>

**Resumo:** Tomando como referência a história e educação, Paulino José Orso, seu artigo denominado “Educação, história, possibilidades e limites”, analisa as possibilidades e os limites da educação. Para isso, por um lado, percorre a educação ao longo da história e verifica as mudanças pelas quais foi ela passando ao longo dos diversos períodos históricos, em função das transformações ocorridas nas forças produtivas materiais da sociedade. Por outro, a partir do significado da Comuna de Paris de 1871, procura extrair as lições para pensar a educação. Com base nisso, tendo presente a sociedade concreta, permeada por antagonismos e contradições, marcada pelas classes sociais, procura depreender as possibilidades e os limites da educação na atualidade.

**Palavras-chave:** Educação; história; Comuna de Paris; possibilidade e limites.

**Summary:** Referring to history and education, Pauline José Orso, his article entitled "Education, history, possibilities and limits", analyzes the possibilities and limits of education. For that, first, covers education throughout history and verifies the changes that she was going over the various historical periods, depending on the changes occurring in the material productive forces of society. On the other, from the meaning of Comuna of Paris of 1871, seeks to draw lessons for thinking about education. Based on this, bearing in mind the concrete society, permeated by contradictions and antagonisms, marked by social classes, looking infer the possibilities and limits of education today.

**Keywords:** Education; History; Paris Commune; possibility and limits.

#### Resumen

Refiriéndose a la historia y la educación, Paulino José Orso, en su artículo titulado "Educación, historia, posibilidades y límites", analiza las posibilidades y límites de la educación. Para ello, en primer lugar, cubre la educación a lo largo de la historia y comprueba los cambios que iba a través de los períodos históricos distintos, dependiendo de los cambios que se producen en las fuerzas productivas materiales de la sociedad. Por otro lado, a partir del significado de la Comuna de París de 1871, trata de extraer lecciones para pensar la educación. Sobre esta base, teniendo en cuenta la sociedad concreta, permeado por contradicciones y antagonismos, marcada por las clases sociales, busca inferir las posibilidades y límites de la educación hoy en día.

**Palabras-clave:** Educación; historia; Comuna de París; posibilidad y límites.

Hoje, quando determinados grupos e setores da sociedade enfatizam tanto o caráter redentor da educação, a reflexão sobre sua história e suas reais possibilidades e limites impõem-se como necessidade. Para compreendê-las é preciso ter presente o contexto mais amplo. Caso contrário, trataremos de forma apressada,

cairemos no imediatismo e, conseqüentemente, extrairemos conclusões equivocadas. E, para nortear nossa discussão, colocamos a seguinte questão: qual a concepção de mundo, de sociedade e de homem que norteia nossa vida, nossas atividades e nossas lutas?

Se compreendermos a realidade a partir da perspectiva positivista também compreenderemos a educação da mesma forma, isto é, deslocada do conjunto das relações sociais e das relações de produção e, possivelmente, de forma a-histórica. Assim, a educação passa a ser compreendida como se fosse redentora ou responsável por todos os males que afligem a sociedade. Este é o enfoque do governo, dos empresários e até de muitos intelectuais vinculados ao meio acadêmico e estudantil. O sucesso ou o fracasso do indivíduo, neste caso, é atribuído a uma decorrência mecânica do acesso à educação.

Assim, ao invés de considerar o conjunto das relações, desloca-se o centro das preocupações para a educação e ou para o indivíduo e legitima-se o *status quo*. Esta sociedade é boa, dizem, basta que para isso sejam corrigidas algumas disfunções. Assim, ela funcionará bem, em ordem e promoverá o progresso de acordo com o desenvolvimento natural das coisas. Nesta perspectiva, se os indivíduos não “se derem bem na vida” ou se forem violentos, o problema está neles mesmos, na sua incapacidade, na falta de dons, de criatividade, na falta de educação... Atribui-se a ela a responsabilidade exclusiva pela resolução de todos os problemas. Como a educação não pode dar conta de tais expectativas, ela é chamada de inoperante, improdutiva, dispendiosa e os professores são chamados de incompetentes.

De modo diferente, se analisarmos a educação a partir de uma perspectiva dialética, a partir de uma concepção de totalidade, compreenderemos que a educação é fruto das relações que se estabelecem na sociedade, em cada época; entendemos que ela é determinada e determinante social, porém não é absoluta, autônoma, independente, redentora, nem responsável exclusiva pelo fracasso ou sucesso social.

É a partir desta perspectiva que vamos analisar e compreender a educação. E para compreender suas possibilidades e limites, aproveitamos as lições extraídas da Comuna de Paris. Antes disso, porém, comecemos por esclarecer algumas questões, como, o que é e em que consiste a educação e qual o tipo de sociedade que estamos inseridos, para depois extrair as lições da Comuna de Paris para a educação.

Então, em que consiste a educação? De uma forma bem simples podemos dizer que *a educação é a forma como a sociedade educa os indivíduos para viverem nela mesma*. A educação não se reduz à escola. Esta é apenas uma das formas que a sociedade se utiliza para educar os indivíduos. Mas há muitas outras, que chamamos de educação informal. A compreensão desta questão é fundamental. Além disso, a sociedade não foi e nem será sempre da forma como está organizada hoje. E, como toda e qualquer sociedade procura educar seus indivíduos com vistas à sua reprodução, subentende-se que a educação também muda de acordo com as mudanças que ocorrem nela. Afinal, o que é a escola, a universidade, senão a expressão da sociedade mais ampla? Portanto, será que ela pode deixar considerar a história e de corresponder à sociedade de cada época?

No *Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”*, Karl Marx diz que “o conjunto das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura

jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social”<sup>3</sup>. Portanto, sendo a educação um elemento da superestrutura, seu entendimento efetivo não ocorre sem levar em conta a base material.

Assim, se realmente quisermos entender a educação, se quisermos desmistificar o discurso redentor que a envolve, não devemos ir imediatamente a ela. Devemos partir da compreensão da forma como os homens se organizam para produzir sua sobrevivência em cada época e em cada sociedade. Ou seja, devemos partir da *produção material, dos indivíduos produzindo socialmente, em cada época e em cada sociedade*. Este deve ser o ponto de partida para analisar e compreender a educação, pois, como diz Marx, “na produção social de sua vida, os homens contraem determinadas relações de produção necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas materiais”<sup>4</sup>.

A educação, como afirmamos acima, é um elemento superestrutural, que não tem vida própria, não é autônoma, nem independente da forma e do modo como os homens produzem sua sobrevivência material. Ela depende do conjunto das relações sociais de cada época e “reflete” o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção sociais de cada momento, em cada sociedade.

Uma vez estabelecidos estes referenciais para a análise, fica mais fácil de compreender que a educação ocorre em situações concretas, em condições sociais, em sociedades determinadas. Vejamos como isso ocorre ao longo da história. Os primeiros hominídeos, os *Australopithecus* ou *homo erectus*, de quem surgiram os *homo sapiens*, dos quais somos descendentes, apareceram na terra a aproximadamente 1,5 milhões de anos. Desse momento até cerca de 10.000 a. C. viveram nas chamadas comunidades primitivas, isto é, sem classes. Nesse período, não havia propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, não havia divisão social, havia apenas a distinção entre machos e fêmeas. O trabalho, a caça, a pesca, a coleta era comum, assim como também era comum a partilha dos alimentos, a proteção e a defesa da espécie. Como a sociedade era igualitária, as relações sociais eram de cooperação e ajuda mútua.

Nesse momento, a educação exercia um papel fundamental. Não havia escolas. Ela se confundia com a própria vida. Dela dependia a melhor sobrevivência do grupo. Como não havia propriedade privada, não havia divisão social nem necessidade de dominação; o saber não era dividido, nem apropriado indevidamente. A aprendizagem e o conhecimento eram socializados. Tudo era ensinado a todos.

Porém, em torno de 10.000 a. C., com a descoberta da agricultura e da domesticação dos animais, surge a propriedade privada dos meios de produção e, com ela, as classes sociais e as lutas entre as classes; estabelece-se a divisão do trabalho e mudam as relações sociais. Como a base da sociedade passa a estar fundada na propriedade privada, as relações sociais deixam de ser de cooperação entre iguais e passam a ser de exploração e dominação. Pois, “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o

seu ser social é que determina a sua consciência”<sup>5</sup>. Assim, com a mudança na base material da sociedade, também muda a educação e todas as demais relações.

Como quem detém o poder econômico detém também o poder político, espiritual e ideológico, as ideias dos dominantes tornam-se as ideias dominantes. Com a produção social baseada na divisão em classes, a educação e o conhecimento passam a refletir essa fragmentação. A educação torna-se uma educação de classe, controlada pela classe dominante, voltada para a sua auto reprodução; institucionaliza-se a divisão entre o saber e o fazer; legitima-se a dominação dos que sabem, dos “iluminados” sobre os “ignorantes” e os trabalhadores.

A partir do surgimento da propriedade, das classes sociais e das lutas de classes, diz Marx:

A história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, membro de corporação e oficial-artesão, em síntese, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora dissimulada, ora aberta, que a cada vez terminava com uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com a derrota comum das classes em luta (MARX; ENGELS, 1998, p. 07).

Ainda que variando sua forma, desde a antiguidade até os nossos dias, a sociedade tem sido a história das lutas de classes. Ao analisar a educação não podemos deixar de considerar esta realidade. A escola, a educação formal – um dos tipos de educação que a sociedade utiliza para preparar os indivíduos para viverem nela mesma – surge durante o escravismo, numa sociedade de classes e torna-se uma escola a serviço da classe detentora do poder. E, como tal, deixa de estar voltada para o ensino da vida, pela vida e para a vida; passa-se a ensinar um saber “especializado”, privilégio das classes dominantes. Aos demais, resta à educação informal voltada para a resignação, para a aceitação da condição de subserviência estabelecida, para a aceitação da sua condição de classe e para o trabalho. Esta realidade estende-se desde o surgimento da escola até a modernidade. Ou então, dito de outro modo, a educação continua sendo para a vida e pela vida, mas pela e para a vida de submissão, de alienação, para a espoliação e exploração, tendo em vista a tentativa de perpetuar as condições sociais vigentes.

Na Idade Média, em que a base da sociedade era o feudo, a Igreja detinha tanto o poder material quanto o espiritual. Através da religião exercia a legitimação das relações de classe. A educação formal (escolas privadas), essencialmente religiosa, era privilégio de poucos, da classe dominante. Aos demais, aos servos, aos vassallos, às mulheres, competia trabalhar e sustentar os reis, a nobreza e o clero. Quem ousasse questionar os dogmas religiosos, a estrutura social e o poder estabelecido, era tratado como herege e tido como uma ameaça à ordem social. Portanto, era julgado e, não raras vezes, condenado à fogueira pelos tribunais da inquisição.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, com as mudanças provocadas pelos grandes descobrimentos marítimos, pelo renascimento econômico, comercial, político e cultural começa-se a por em xeque a antiga ordem e, com ela, as relações que a sustentavam. Aumenta a contestação e surge o protestantismo dando vazão aos interesses que estavam reprimidos. Porém, vão ao encontro dos interesses da

burguesia nascente. O protestantismo, com sua defesa da livre interpretação da Bíblia, com a defesa da liberdade de consciência, com a defesa do indivíduo como responsável pelos seus atos, atendeu perfeitamente aos interesses do capitalismo e de sua ideologia liberal.

No início da modernidade, com os empiristas o conhecimento deixa de ser visto apenas como uma iluminação, como produto da razão e passa a ser visto como instrumento de transformação material. A burguesia percebeu que a ciência transformada em técnica, aplicada à indústria, provocaria progresso e transformação social. O iluminismo, o racionalismo, o empirismo e o liberalismo, ao mesmo tempo que serviram para fazer a crítica, lutar contra e destruir a antiga ordem, serviram de base para a construção e consolidação da nova ordem, o capitalismo.

A burguesia e seus ideólogos, embriagados pelos progressos científicos, fascinados com as mudanças provocadas pela ciência instrumental e pela revolução industrial, passaram a ver na escola a redenção da humanidade. Então, ao invés de continuar reprimindo os hereges e de condená-los à fogueira; ao invés de aniquilá-los, passou a “educá-los” e discipliná-los; passou a canalizar suas contestações, transformando-os em instrumentos dóceis, úteis e produtivos, prontos para o trabalho.

A escola passou a ser vista como um instrumento para resolver tantos os problemas econômicos quanto sociais. Como a indústria estava em franco desenvolvimento e precisava de mão de obra “especializada”, isto é, que tivesse um mínimo de domínio dos conhecimentos necessários para operar as novas forças produtivas, a burguesia passou a defender a escola pública, gratuita, laica e universal. Inicialmente foi defendida pelo protestantismo, em seguida pelos iluministas, até ser encampada pela burguesia liberal. Adam Smith, pensador burguês, chega a defender a educação pública, estatal, isto, porém, se o setor privado não pudesse fazer melhor. Defende que seja laica e, até onde é possível, que seja gratuita. Depois, antes mesmo da Revolução Francesa, os princípios da escola pública, laica, gratuita e universal são assumidos pelos republicanos.

Todo esse processo de renovação iniciado com o renascimento, na transição do feudalismo para o capitalismo, tendo a burguesia como sujeito histórico dominante, atinge o apogeu com a Revolução Francesa (1789), quando ela se torna politicamente reacionária. Uma vez conquistado o poder, sem ter eliminado as desigualdades e as diferenças de classes, sem ter concretizado as velhas promessas e os antigos ideais de igualdade, solidariedade e fraternidade, jogou-os para as raías da formalidade, os institucionalizou, e, na prática, coloca em ação a guilhotina e o terror, dando mostras do que seria capaz de fazer sempre que alguém se atrevesse a ameaçar seus interesses. Se na Idade Média o símbolo da reação foi a fogueira, na modernidade foi a guilhotina. Os que se insurgem contra a ordem são condenados, de preferência em praça pública, para que sirva de lição aos possíveis insurgentes.

Em 1792, um levante popular em Paris, provocou a derrota da Monarquia e levou à Proclamação da República. Dentre as medidas tomadas pela República destacam-se a extinção do tráfico e da escravidão, a

distribuição das terras da nobreza entre os camponeses e o estabelecimento da instrução pública, gratuita e laica.

Mas, ao invés de levar a cabo as próprias decisões, também sem condição de negá-las completamente, pois acabaram passando a ser também exigências populares, a burguesia tratou de criar mecanismos para mistificar o seu papel, atenuar os conflitos e garantir seu controle. Teoricamente passou a defendê-las como direito de todos, mas na prática faz o possível para impedir que se tornem realidade. Mesmo quando, através da pressão, o povo consegue fazer com que o governo garanta a educação a um maior número de pessoas, ela é cercada por inúmeras exigências e regras burocráticas, administrativas e legais, de tal forma que a escola não passe de uma agência disciplinadora, legitimadora e reprodutora das relações sociais.

No dia 18 de março de 1871, há 141 anos, o Comitê Central da Guarda Nacional, que havia sido organizado para manter a ordem em Paris, apossou-se da artilharia, tomou posição contra a Assembleia Nacional e declarou a Comuna de Paris. A situação de exploração e de miséria a que o povo parisiense vinha sendo forçado a submeter-se desde a muito tempo, denunciava o caráter ideológico, místico e de classe das promessas e reformas burguesas. Isso fez com que os trabalhadores parisienses, num momento excepcional, reagissem, escorraçassem o rei e tomassem a direção de suas vidas em suas mãos. Assim, diz a Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional, “os proletários da capital, em meio às fraquezas e traições das classes governantes, [...] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”.

Esse acontecimento transcendeu o tempo e o espaço em que ocorreu e marcou as lutas dos movimentos operários em todo o mundo. Pela primeira vez a classe trabalhadora assumia o poder com a proposta de transformar as relações existentes e construir uma nova humanidade. Desse modo, ao assumir o poder os comunardos, imediatamente, procuraram reorganizar o Estado, redirecionando-o para os interesses populares.

Dentre as medidas adotadas pela Comuna, suprimiu-se o serviço militar obrigatório e o exército permanente; reconheceu-se a Guarda Nacional como a única força armada, à qual todos os cidadãos deveriam pertencer; a burocracia estatal foi combatida; isentou-se os pagamentos de aluguéis de moradias de outubro de 1870 até abril de 1871, abonando para futuros pagamentos as importâncias já recolhidas e suspendeu a venda de objetos empenhados nos estabelecimentos de empréstimos; a propriedade privada foi abolida e as fábricas passaram a ser controladas e autogeridas pelos trabalhadores; a jornada de trabalho foi reduzida de 14, 15, 16 horas, para 10 horas diárias; decretou-se a separação entre a Igreja e o Estado e a supressão de todas as subvenções do Estado para fins religiosos, declarando propriedade nacional todos os bens da Igreja. A religião passou a ser uma questão de foro íntimo; a guilhotina, símbolo máximo do poder burguês à época, foi levada à rua pela Guarda Nacional e queimada em meio a um entusiasmo popular.

Com relação à educação, devido à ao curto espaço de tempo em que permaneceu no poder (72 dias), a Comuna de Paris não teve tempo de promover e implementar reformas profundas. Contudo, dentro

das suas condições e possibilidades, tratou de fazer a sua parte e promoveu reformas adequadas à nova forma de organizar e produzir a vida social, com vista à superação da sociedade de classes e a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração e sem dominação.

Segundo a Circular emitida por Vaillant, delegado da Comuna de Paris para a educação, ela deveria seguir uma orientação de tipo socialista. Diz a Circular:

Considerando que é importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira base da igualdade social, a instrução *integral* a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gastos e aptidões;  
Considerando, por outro lado, que enquanto se espera que um plano completo de ensino integral possa ser formulado e executado, é preciso decretar as reformas imediatas que garantem, num futuro próximo, essa transformação radical do ensino;  
A delegação do ensino convida as municipalidades distritais a enviar, no mais breve prazo possível, para o doravante Ministério da Instrução Pública, Rua de Grenelle-Germain, 110, as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instrução de escolas profissionais, onde os alunos, ao mesmo tempo em que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária.  
Além disso, solicita-se às municipalidades distritais que se entendam com a Delegação do Ensino, a fim de colocar, o mais rapidamente possível, as escolas profissionais em atividade.  
Paris, 17 de maio de 1871. *O membro da Comuna, Delegado do Ensino*: Ed. Vallant (LUQUET, 1968. p. 71-72).

Em matéria de ensino pretendia-se realizar uma transformação radical, de tipo socialista. Mas, tinham consciência das exigências e dificuldades para levar a cabo as transformações profundas. Mesmo assim, apesar de não ter as condições ideais para realizá-las de acordo com a intenção desejada, não se omitiu de fazer o que era possível no momento. Desse modo, deveria se agir rapidamente para colocar em ação as reformas imediatas, sem perder de vista que a educação deveria oferecer uma educação integral, voltada para o desenvolvimento do homem todo; para a formação do homem completo, para o desenvolvimento de todas as dimensões humanas, integrando a cultura física com o ensino técnico, que era a reivindicação da Primeira Internacional.

Além disso, a Comuna procurou pôr em prática aquilo que a burguesia mistificava na teoria, isto é, procurou promover a educação defendendo a laicidade e obrigatoriedade do Estado em oferecer de forma gratuita a todos; ordenou a retirada de todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações e criou creches e escolas elementares para os filhos dos trabalhadores, bem como, promoveu uma verdadeira revolução cultural na vida cotidiana.

As medidas adotadas pela Comuna de Paris tinham um nítido caráter de classe, voltadas principalmente para o proletário. Engels, diz que o objetivo final dos parisienses era a supressão de todos os antagonismos de classe entre capitalistas e operários. Ainda que, por certo, não se sabia como conseguir tal intento (ENGELS, 1973, p. 45-46).

Ao chegar ao poder, os comunardos perceberam que, se quisessem construir uma nova humanidade, não poderiam continuar governando com a velha máquina do Estado – um instrumento de

opressão e de repressão da classe trabalhadora pela classe detentora dos meios de produção; perceberam que era preciso quebrar e destruir todo o aparato burocrático, bélico e militar da burguesia e revolucionar toda a estrutura social.

A Comuna de Paris não chegou a implementar todas as reformas educacionais, como pretendia, de acordo com uma orientação socialista. Realizou apenas algumas propostas e reformas de caráter republicano, como a defesa da Escola pública, laica, gratuita e universal.

Contudo, como o conjunto das reformas educacionais, econômicas, políticas e culturais implementadas pela Comuna acenavam para uma profunda mudança social, provocou a ira da burguesia que, como diz Engels, sentindo-se ameaçada e acuada, reagiu, fez alianças com Bismarck, avançou covardemente e mostrou a que extremo de crueldade e vingança é capaz de chegar sempre que o proletariado se atreve a defrontar-se com ela como uma classe independente, que tem interesses e reivindicações próprias (Idem, p. 42). Como resultado, deixou mais de 30.000 fuzilados durante a guerra em Paris e mais de 36.000 condenados a pena de morte, execução, condenação a trabalhos forçados, deportação, reclusão e penas de prisão. Como diz Marx, “confraternizam na matança comum do proletariado. [...] A dominação de classe já não pode ser disfarçada o fato inédito é que na mais tremenda guerra dos tempos modernos, o exército vencedor e o exército vencido sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado” (MARX; ENGELS, 1975, p.215).

Apesar da derrota, Marx fala com entusiasmo do heroísmo e dedicação dos *communards* que lutaram:

[...] que elasticidade, que iniciativa histórica, que capacidade de sacrifício nestes parisienses!  
[...] Seja como for, a atual sublevação de Paris mesmo que derrotada face aos lobos, porcos e rafeiros da velha sociedade, é o feito mais glorioso do nosso partido desde a insurreição de junho parisiense (MARX, 1983, p. 553).

Prosper-Olivier Lissagaray também enaltece os comunardos. “Que potente vanguarda que, durante mais de dois meses, manteve na expectativa as forças coligadas das classes governantes; que imortais soldados os que, nos mortais postos avançados, respondiam ao versalhês: Estamos aqui pela humanidade!” (LISSAGARAY, 1991, p. 363).

Esta foi a primeira vez na história da humanidade que os operários chegaram ao poder e promoveram mudanças em favor da maioria da população, mas não foi a primeira nem a última vez que a burguesia, usando os soldados, os próprios trabalhadores, os filhos e irmão dos operários, revelou seu caráter autoritário e cruel. Pela ferocidade da burguesa, o massacre dos comunardos foi como se quisesse dizer aos trabalhadores: não ousem em nos provocar, desafiar e nos ameaçar. Vejam do que somos capazes. Se o fizemos uma vez, não tenham dúvidas de que somos capazes de fazer o mesmo ou até pior do que isso.

Dentre os fatores que contribuíram para o surgimento da Comuna de Paris está o desenvolvimento da Primeira Internacional e o crescimento dos ideais socialistas. Ela não resultou de uma estratégia longamente planejada e arquitetada para assaltar o poder, nem teve um plano profundamente pensado sobre a forma de administrá-lo. Teve um tanto de improvisação em função dos acontecimentos circunstanciais e das

reivindicações face ao bonapartismo precedente. Também não teve um líder ou um partido único que congregasse os interesses e forças, nem um programa previamente detalhado que orientasse a direção do movimento. Dela participaram diversos grupos, com interesses e concepções diversas: blanquistas, jacobinos, proudhonianos, republicanos burgueses, patriotas exaltados, internacionalistas – uma espécie de governo de coalizão. Mulheres e homens irmanados, lutando por um objetivo comum – a construção de uma nova humanidade. Não havia grandes homens. Lissagaray (1991) diz que: “a força desta revolução é precisamente o fato de ter sido feita pelos homens comuns, e não por alguns cérebros privilegiados”.

A derrota da Comuna de Paris ocorreu devido à precariedade da organização dos comunardos e à fragilidade diante do inimigo, mas, sobretudo, devido à falta de apoio e solidariedade de muitos trabalhadores que, ao invés de unirem-se na luta contra o poder opressor, preferiram a comodidade das críticas e o apoio através de manifestos, enquanto as baionetas, os fuzis e os canhões massacravam e aniquilavam os que lutavam e resistiam.

A Comuna de Paris, apesar das intenções, não chegou a ser uma revolução socialista acabada, nem serve de modelo dogmático para todas as lutas operárias dos dias atuais, mas como diz Engels, como a primeira experiência de Ditadura do Proletariado<sup>6</sup> foi um fato sem paralelo na história até então. Por isso, certamente, já tem seu grande mérito pelo fato de ter acontecido e de somar-se a outras tantas formas de lutas subsequentes, das quais podemos extrair lições para as lutas de hoje e amanhã.

Marx, como historiador e cronista, percebeu na Comuna os prenúncios do futuro, os indícios de uma nova época histórica. Ele sempre esteve atento ajudando a manter o curso revolucionário dentro dos princípios do internacionalismo proletário e dando apoio aos perseguidos e exilados.

Ao ser instaurada, a Comuna de Paris procurou por em prática os ideais educacionais já defendidos no passado, uma escola laica, gratuita, obrigatória e universal, voltada para a formação do homem completo, integrando educação e trabalho. Nesse momento, ainda estavam muito presentes as influências iluministas e positivistas. Porém, entendendo que a educação e a escola correspondem à sociedade de cada momento e ao grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, não podemos exigir da Comuna de Paris um tipo de educação isenta das influências da época em que ocorreu ou analisá-la à luz da experiência e do acúmulo de conhecimentos e teorias que se desenvolveram posteriormente.

Veja-se que tanto o tipo de educação proposta pela Comuna de Paris quanto os demais tipos oferecidos em cada época e em cada sociedade, correspondem à forma de organização da sociedade vigente em cada momento. Contudo, os ideais de uma educação laica, gratuita, obrigatória e universal que a Comuna de Paris tentou colocar em prática e que, inclusive, já aparecem antes da Revolução Francesa, hoje, não apenas 130, mas mais de 240 anos depois, ainda não foram concretizados. No Brasil, além da baixa qualidade da educação, os trabalhadores, mal chegam à média de 4 anos de escolaridade e existe cerca de 20 milhões de analfabetos.

Para maquiagem esta realidade, por um lado, o governo faz um discurso demagógico de defesa da educação pública, da universalização do acesso, mas por outro, promove o sucateamento das instituições públicas, exige uma sobrecarga de trabalho dos professores sem lhes dar condições mínimas de trabalho; precariza a formação através das classes de aceleração, da passagem automática de uma série para outra, do rebaixamento da qualidade, da redução dos prazos para qualificação, da substituição do quadro de docentes via estagiários mestrandos e doutorandos, da contratação precária de professores via CLT, sem que possam fazer pesquisa, estimula a rotatividade. Pretende elevar os níveis estatísticos da escolarização via rebaixamento das exigências e da qualificação. Fala em universalização, mas impõe um rígido processo de seleção e controle via privatização e mercantilização do ensino.

Mas, será que nesta sociedade podemos esperar outro tipo de educação? Será que a burguesia pode concretizar a igualdade, a fraternidade e a solidariedade de fato? Será que ela pode realizar uma educação pública de qualidade, gratuita, laica e universal? Será que pode oferecer uma educação que possibilite o desenvolvimento integral do homem?

Primeiro, é preciso entender que a educação é parte da sociedade e não sua totalidade, não é absoluta. Segundo, se, como vimos ao longo da história, entendemos que a cada sociedade corresponde um tipo de escola e de educação, não resta espaço para ilusão. Esse é o tipo de educação que esta sociedade pode nos oferecer. Ela corresponde à forma como esta sociedade está organizada e como prepara os indivíduos para viverem nela mesma. Só com outro tipo de sociedade teremos outra educação.

A Comuna de Paris apontou para outro tipo de relação social e para outro tipo de educação e mostrou que não é possível realizar isso nesta sociedade, que é necessário destruí-la e construir uma sociedade sem classes se quisermos ver estes ideais colocados em prática. Mas, se a Comuna de Paris foi destruída, se os princípios educacionais propostos por ela não foram concretizados, nos resta alguma esperança? Marx diz que uma filosofia não é superada até que a realidade que a suscitou também não for superada. “Os princípios da Comuna são eternos e não podem ser destruídos; eles não deixarão de se impor cada vez mais até que a classe operária se liberte” (MARX, 1983, p. 557).

Ou seja, resta-nos assumir uma posição teórico-prática que ponha em xeque esta sociedade, que vise a superação de todas as suas relações. Marx considerava que o grande significado histórico da Comuna consistia no fato de ter sido a primeira tentativa de destruir na prática a máquina estatal burocrática e militar da burguesia, condição necessária da vitória da revolução socialista dos países europeus da época. Apesar do curto espaço de duração, ela mostrou, não obstante ao poder econômico, político, ideológico e bélico da burguesia, que é possível mudar o rumo da história. Esta é a grande lição da Comuna de Paris. Ela inscreve-se na história moderna como a primeira tentativa de construção de uma nova humanidade, com novas relações, com uma nova educação.

Outro grande mérito da Comuna foi ter desmascarado a burguesia e desmistificado suas promessas, bem como revelado seus limites, pois não pode cumpri-las enquanto classe dominante. Além do massacre de

1871, uma infinidade de trabalhadores continua sendo explorada e morta todos os dias. Isto demonstra que os ideais de igualdade, solidariedade, fraternidade e justiça social; que a educação pública, gratuita, universal, voltada para a formação do homem completo, para a sua formação integral, para além da demagogia burguesa, só serão atingidos numa sociedade sem classes, sem fragmentação. Só nela é possível recuperar a noção de uma educação da vida, pela vida e para a vida.

É preciso lutar pela educação. Mas não podemos esquecer que o tipo de educação corresponde a um modo de organização da sociedade. Portanto, lutar por outro tipo de educação exige a luta pela superação da sociedade em que vivemos. Uma vez que a educação é a forma como a sociedade prepara os indivíduos para viverem nela mesma, só com outro tipo de sociedade, sem classes, é possível termos outro tipo de educação e outro tipo de relação social.

Para enfrentar os desafios que se apresentam à classe trabalhadora, se não quisermos continuar cometendo sucessivos equívocos, precisamos olhar para trás, recuperar as lições da história. Como na Comuna de Paris é necessário superar a competição que se estabelece entre as pessoas, os grupos, as tendências e os partidos que lutam pela transformação, cada um pensando que é absoluto, com respostas para todos os problemas e capaz de superar todos os desafios, sem, no entanto, ser capaz de se unir em torno do essencial – a superação das relações de produção fundadas na propriedade privada que, no momento, se apresenta sob o modo capitalista de produção, a superação do Estado e das classes sociais.

Além disso, ao invés de querer reformar o Estado, melhorá-lo, torná-lo transparente, ético, eficiente e democrático, é preciso destruí-lo como trataram de fazer os comunardos no curto espaço de tempo em que estiveram no poder. Estas condições são necessárias para tornar a educação pública, acessível a todos, gratuita, voltada para o bem estar do conjunto da população e para superar sua fragmentação; são condições necessárias para construir uma nova humanidade, onde o homem seja respeitado como homem.

A sociedade em que vivemos nos coloca uma infinidade de problemas que, se não forem enfrentados adequadamente, cada vez se agravam mais. Por isso, trata-se de lutar pela educação, sem absolutizá-la. Em se tratando de realizar uma educação de tipo diferente, é preciso lutar, simultaneamente, por uma sociedade de um novo tipo, sem classes, sem lutas de classes. Ou seja, *quem acredita na educação luta simultaneamente para transformar a sociedade*. A Comuna de Paris foi destruída, mas os ideais que a colocaram de pé não desapareceram. Porque aquela foi massacrada, muitas outras deverão surgir e levar adiante os seus ideais até sua consolidação. Seus “princípios [...] não deixarão de se impor cada vez mais até que a classe operária se liberte” [Ibidem, p. 557].

### **Referências:**

BEER, M. *História do Socialismo e das lutas sociais*. Lisboa: Centro do livro brasileiro. s/d.

- DUNOIS, A. Textos e documentos. In: LUQUET, P. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert S. A., 1968.
- ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- GONZÁLEZ, Horácio. *A Comuna de Paris*. Os assaltantes do céu. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- LISSAGARAY, P-O. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- MARX, K. A guerra civil na França. In: Marx, K.; Engels, F. *Textos I*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução José Carlos Bruni [et al.]. 5.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- \_\_\_\_\_. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Biografia*. Lisboa: Edições Avante, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. *Revista Estudos Avançados da USP*, São Paulo, v. 12, n. 34, set./dez. 1998.

---

#### Notas:

- <sup>1</sup> Este artigo é resultado da conferência proferida no IFCH/UNICAMP sobre as “Projeções da Comuna de Paris” e da oficina “Comuna de Paris e Educação” apresentada na PUC/SP no evento alusivo aos 130 anos da Comuna de Paris – 1871-2001, ocorrido entre 21 e 26 de maio de 2001. Inicialmente, com o título “possibilidades e limites da educação”, foi publicado no livro: *A Comuna de Paris de 1871: história e atualidade*, organizado por ORSO, Paulino José; LERNER, Fidel e BARSOTTI, Paulo, publicado pela Editora Ícone, em 2001. Esta publicação sofreu uma revisão em relação ao original, inclusive em relação ao título.
- <sup>2</sup> Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste, Campus de Cascavel e líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br.
- <sup>3</sup> MARX, K. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. p.301.
- <sup>4</sup> Ibidem.
- <sup>5</sup> Ibidem.
- <sup>6</sup> ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 51. Cf. também MARX, K. *Biografia*. Lisboa: Edições Avante, 1983. p. 553.

Recebido em: 12/2012

Publicado em: 06/2013.